- a) data de assinatura e identificação do instrumento da Parceria e do órgão ou entidade da administração pública responsável;
- b) nome da **ORGANIZAÇÃO** e seu número de inscrição no CNPJ;
- c) descrição do objeto da parceria;
- d) valor da parceria e valores liberados, quando for o caso;
- e) situação da prestação de contas, que deverá informar a data prevista para apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para sua análise e o resultado conclusivo;
- f) o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício, quando vinculado à execução do objeto e pagos com os recursos da parceria.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO COMPETENTE:

19.1 Elegem as partes como único competente, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o Foro da Comarca de Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir eventuais controvérsias resultantes do presente Termo de Colaboração, sendo obrigatória a prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO:

20.1 É facultado aos participantes rescindirem o presente instrumento, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras das responsabilidades, além de estipulação de prazo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES:

21.1 Quando a execução da presente parceria estiver em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014 e da legislação específica, poderão ser aplicadas as seguintes sanções (art. 75 do Decreto nº 14.494/2016):

- a) advertência, de caráter preventivo, que será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela **ORGANIZAÇÃO PARCEIRA** que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave;
- b) suspensão temporária, que será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição de penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes e atenuantes e os danos que dela provieram para a **ADMINISTRAÇÃO**. Esta sanção impede a **ORGANIZAÇÃO PARCEIRA** de participar de Chamamento Público e de celebrar parcerias/contratos com órgãos e entidades da Administração Pública por prazo de até 2 anos;
- c) declaração de inidoneidade, que será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave. Esta sanção impede que a **ORGANIZAÇÃO PARCEIRA** participe de Chamamento Público e de celebrar parcerias/contratos com órgãos/entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que ocorrerá quando a **ORGANIZAÇÃO PARCEIRA** ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo de dois anos da aplicação da sanção de declaração de idoneidade.

21.2 Da decisão administrativa que aplicar as sanções previstas nesta Cláusula, caberá recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência da decisão.

21.3 Nas sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade, o recurso cabível é o Pedido de Reconsideração.

21.4 Na hipótese de aplicação de sanção de suspensão temporária ou de declaração de inidoneidade, a **ORGANIZAÇÃO PARCEIRA** será inscrita como inadimplente no Sistema de Planejamento e Finanças do Estado, enquanto perdurarem os efeitos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES GERAIS:

22.1 Todas as comunicações relativas a este Termo de Colaboração, serão consideradas como regularmente efetuadas, se entregues mediante protocolo.

22.2 As reuniões entre os representantes credenciados pelos participantes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Colaboração, serão registradas em atas ou relatório circunstanciado.

E por acharem-se justos e convenientes, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito, perante as testemunhas abaixo nomeadas e indicadas, que também o subscrevem, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Campo Grande, xxx de xxx de 2017.

ADMINISTRAÇÃO

ORGANIZAÇÃO PARCEIRA

Testemunhas:

1) Nome:
Identidade RG:
CPF nº

2) Nome:
Identidade RG:
CPF nº

DELIBERAÇÃO CECA/MS N. 09, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a criação da Câmara Técnica no âmbito do Conselho Estadual de Controle Ambiental - CECA, destinado a discutir, elaborar e propor normas que atendam as especificidades do Bioma Pantanal.

O Presidente do Conselho Estadual de Controle Ambiental - CECA, no uso de suas atribuições legais, conforme decisão da Plenária tomada na 105ª Reunião Ordinária do dia 08 de dezembro de 2016, conforme o regimento interno do CECA.

DELIBERA:

Art. 1º Fica estabelecida a constituição de uma câmara técnica composta por 07 (sete) membros do Conselho Estadual de Controle Ambiental - CECA, com a finalidade de discutir, elaborar e propor normas que atendam as especificidades do Bioma Pantanal.

§ 1º A Câmara Técnica será composta por representantes de instituições representadas no CECA, ficou instituído como presidente da Câmara Técnica: conselheiro Nilson de Barros, Relatora: conselheira Daniele Coelho Marques, Secretário: conselheiro Robson Campos dos Anjos, segue abaixo discriminados:

INSTITUIÇÃO	REPRESENTANTES
Associação Brasileira de Produtores Orgânicos - ABPO	Nilson de Barros - Presidente

Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso do Sul - FAMASUL	Daniele Coelho Marques - Relatora
Sindicato dos Engenheiros de Mato Grosso do Sul - SENGE-MS	Robson Campos dos Anjos - Secretário
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Superintendência do IBAMA-MS	Joanice Lube Battiliani
Ordem dos Advogados do Brasil- Seção de Mato Grosso do Sul	Arlindo Murilo Muniz
Embrapa Pantanal - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária do Pantanal - Centro de Pesquisa agropecuária do Pantanal	Sandra Mara Araújo Crispim
União dos Pantaneiros da Nhecolândia - UNIPAN	Eduardo Afonso Santa Lucci Cruzetta

Art. 2º Fica estabelecido que o prazo para encerramento dos trabalhos da Câmara Técnica se encerrará em 06 (seis) meses a contar da data de publicação desta deliberação.

Parágrafo único: Os resultados e conclusões da Câmara Técnica poderão, a qualquer tempo, e dentro do prazo estabelecido no *caput* deste artigo, ser entregues, por intermédio da Secretaria-Executiva à presidência do CECA que as submeterá à aprovação do Plenário em sessão ordinária ou extraordinária especialmente convocada.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Grande - MS, 08 de dezembro de 2016.

JAIME ELIAS VERRUCK

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico
Presidente do Conselho Estadual de Controle Ambiental

DELIBERAÇÃO CECA/MS N. 010, de 08 de dezembro de 2016.

O Conselho Estadual de Controle Ambiental - CECA, conforme a Lei Estadual nº 2.256, de 9 de julho de 2001, no uso de suas atribuições legais e considerando decisão da Plenária na 105ª Reunião Ordinária realizada no dia 08 de dezembro de 2016,

DELIBERA:**Processo** nº 61/400526/2016 (Siriema:2016-051783)**Assunto:** Licença Prévia para ampliação do aeroporto municipal**Requerente:** Prefeitura Municipal de Dourados**Município:** Dourados - MS

Art. 1º A Plenária do Conselho Estadual de Controle Ambiental-CECA, aprovou o parecer do Conselheiro Titular Relator do CECA, Pedro Mendes Neto, representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, com o seguinte teor, voto: Voto pela aprovação da emissão da Licença Prévia n. 76/16 emitida ad referendum para o Aeroporto Municipal de Dourados.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data da sua publicação.

Campo Grande - MS, 08 de dezembro de 2016.

JAIME ELIAS VERRUCK

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico
Presidente do Conselho Estadual de Controle Ambiental

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

AUTORIZO A EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

Amparo Legal: **Lei Federal nº 10.520/02 - Lei 8666/93 e suas alterações**

Espécie:Ordinário	ND:33903301	NE: 000279	FP: 26122005762610001
Fonte: 010000000			
Objeto: Passagem Aérea	Data:10/11/2016	Valor: R\$ 1.344,01	
Empresa:EASYCRED SERVIÇOS DE CREDITO E TURISMO	Processo: 57/006931/16		
Espécie:Ordinário	ND:33903301	NE: 000298	FP: 26122005762610001
Fonte: 010000000			
Objeto: Passagem Aérea	Data:11/11/2016	Valor: R\$ 3.991,70	
Empresa:EASYCRED SERVIÇOS DE CREDITO E TURISMO	Processo: 57/006931/16		
Espécie:Ordinário	ND:33903301	NE: 000300	FP: 26122005762610001
Fonte: 010000000			
Objeto: Passagem Aérea	Data:17/11/2016	Valor: R\$ 2.707,32	
Empresa:EASYCRED SERVIÇOS DE CREDITO E TURISMO	Processo: 57/006931/16		
Espécie:Estimativo	ND:33903301	NE: 000335	FP: 26122005762610001
Fonte: 010000000			
Objeto: Passagem Aérea	Data:30/11/2016	Valor: R\$ 3.000,00	
Empresa:EASYCRED SERVIÇOS DE CREDITO E TURISMO	Processo: 57/006931/16		

Amparo Legal: **Artigo 24 da Lei 8666/93**

Espécie: Ordinário	ND:33903031	NE: 319	FP: 26122005762610001
Fonte: 0100000000			
Objeto: Aquisição de Grama	Data: 29/11/16	Valor: R\$ 7.991,50	
Empresa: PONTAL DA GRAMA LTDA EPP	Processo: 57/008854/16		
Espécie: Estimativo	ND:33903916	NE: 278	FP: 25752202115120001
Fonte: 0100000000			
Objeto: Retirada postos de medição	Data: 10/11/16	Valor: R\$ 7.900,69	
Empresa: PROCONSTRU PROJETO, CONSTR.E CONSULT	Processo: 57/004971/16		
Espécie: Ordinário	ND:44905234	NE: 275	FP: 26122005762610001
Fonte: 0100000000			
Objeto: Carrinhos coletor de Lixo	Data:08/11/16	Valor: R\$ 5.180,00	